



Sociedade Portuguesa  
para o Estudo das Aves

Exmo. Sr.  
Presidente da APA,  
Eng. José Carlos Pimenta Machado  
Rua da Murgueira, 9 - Zambujal – Alfragide  
2610-124 Amadora

Lisboa, 20 de novembro de 2025

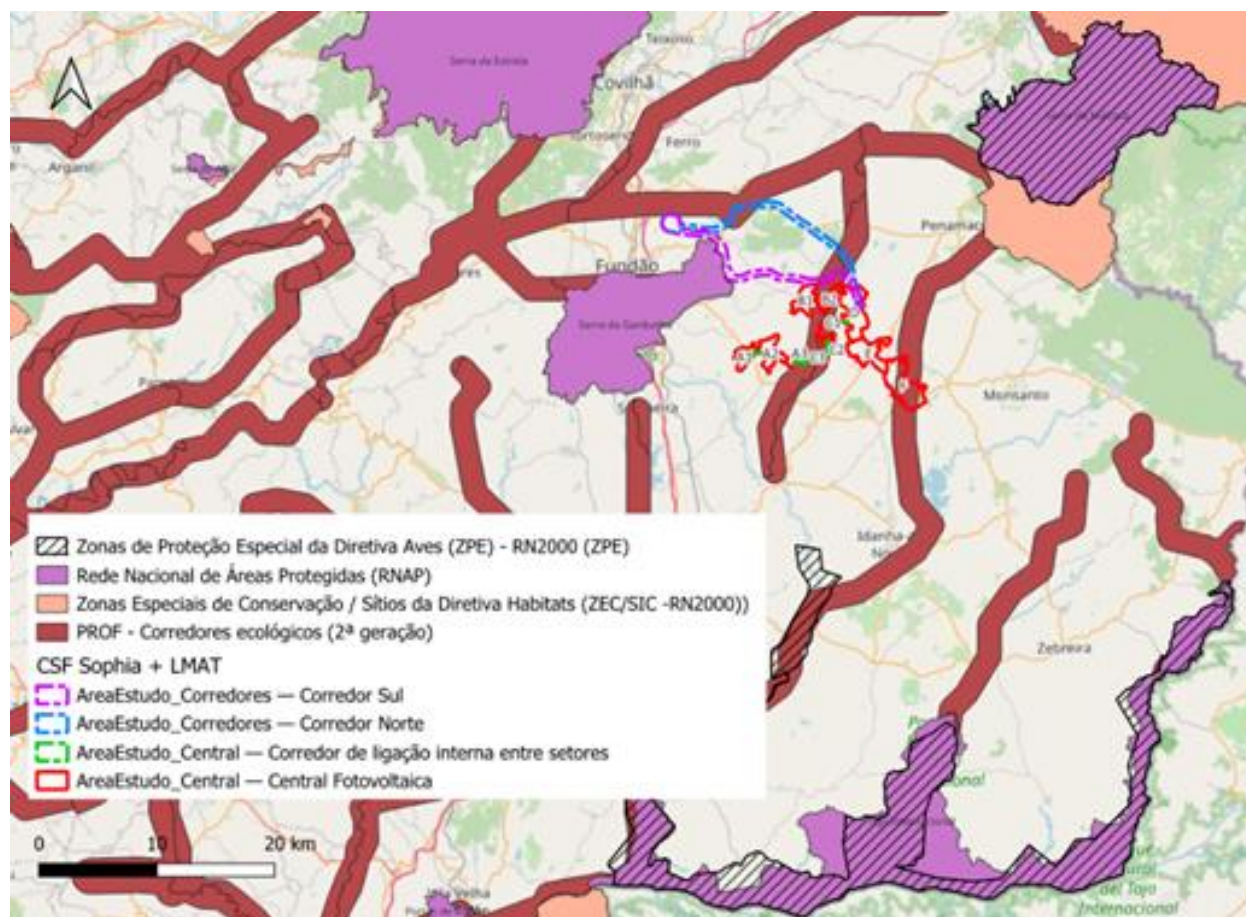
**Assunto:** *Consulta Pública* – Central Solar Fotovoltaica de Sophia (CFS) e Linhas de Muito Alta Tensão (LMAT) associadas, abrangendo os concelhos do Fundão, Penamacor e Idanha-a-Nova.

Exmo. Sr. Presidente da APA,

No âmbito da Consulta Pública da *Proposta de definição de âmbito da Central Solar Fotovoltaica da Sophia e LMAT associadas*, vem a SPEA apresentar o seu parecer.

#### **RESUMO DAS ÁREAS DIRETAMENTE AFETADAS.**

- A CFS tem uma área de estudo de 3.544,5 ha (exclui as opções para as LMAT) que abrange três concelhos (Fundão, Penamacor e Idanha-a-Nova). Considerando ainda as duas opções para as linhas elétricas, o projeto abrange 16 freguesias: Valverde, Fatela, Alcaide, Enxames, Capinha, Vale de Prazeres, Salgueiro, Mata da Rainha, Póvoa de Atalaia e Orca, pertencentes ao concelho do Fundão; Penamacor, Pedrogão de São Pedro e Bemposta, pertencentes ao concelho de Penamacor; Aldeia de Santa Margarida, Proença-a-Velha e Medelim, pertencentes ao concelho de Idanha-a-Nova.
- O projeto não inclui áreas classificadas (áreas protegidas e rede Natura 2000), mas existe “um pequeno troço de um dos corredores alternativos das Linhas Elétricas, no município do Fundão, abrange marginalmente a **Área de Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha** e da Zona Especial de Conservação (ZEC) da Serra da Gardunha”. A CFS e as LMAT atravessarem em vários pontos os corredores ecológicos “raia norte” e “raia sul” definidos no Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Interior (Figura 1).
- Os setores mais a sul da área de implantação da CFS (concelhos de Penamacor e Idanha-a-Nova) “sobreposição ao Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO, reconhecido pelo Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO”. No Plano Diretor Municipal de Penamacor encontra-se referenciado o Geossítio “Minas da Mata da Rainha” na proximidade da CFS. Apesar de não estarem identificados geossítios na área de estudo, há a considerar “a presença de alguns afloramentos com interesse geológico” que irão ser destruídos (0,37 ha), nomeadamente no setor A2 (Figura 2).



**Figura 1** – Enquadramento do projeto com Áreas Classificadas e corredores ecológicos do PROF Centro Interior na área do empreendimento.



**Figura 2** – Instalação de painéis solares no setor A2, em zona com afloramentos rochosos.

## RESUMO DOS VALORES NATURAIS E ESPÉCIES DIRETAMENTE AFETADAS.

- A área da CFS apresenta um elevado valor natural e ecológico, evidenciado pelo número e diversidade de vertebrados referenciados e registados no Estudo de Impacte Ambiental: “231 espécies, incluindo 15 anfíbios, 18 répteis, 166 aves e 32 mamíferos, com 30 espécies com estatuto de ameaça”. Esta diversidade revela não apenas a riqueza biológica local, mas também a importância funcional dos habitats presentes, que desempenham um papel determinante para a manutenção de comunidades faunísticas sensíveis e ecossistemas locais.
- No caso dos mamíferos, a área assegura também a presença de espécies com necessidades ecológicas muito específicas e sensíveis à fragmentação, como o gato-bravo e o toirão (ambas com estatuto em perigo) ou a lebre-ibérica (com estatuto vulnerável). A ocorrência destas espécies, mesmo que registada como provável no EIA, demonstra que os habitats presentes funcionam como áreas de refúgio e deslocação, sendo essenciais para manter a viabilidade populacional local e regional.
- Os habitats naturais e seminaturais da área, como linhas de escorrência permanente, galerias ripícolas, charcas temporárias, afloramentos, zonas arbustivas, sistemas agro-florestais, formações abertas, constituem mosaicos ecológicos de elevada importância. Estes habitats garantem recursos cruciais como água, alimento, refúgio e locais de reprodução, funcionando simultaneamente como corredores ecológicos que asseguram a conectividade entre populações e minimizam o isolamento genético. Importa realçar que o futuro projeto Sophia encontra-se no centro de várias áreas classificadas, ligados por corredores ecológicos nomeadamente o Parque Natural do Tejo Internacional, a Reserva Natural da Malcata e o complexo Paisagem Protegida da Gardunha-Estrela. A localização deste projeto poderá constituir uma barreira para a fauna, dificultando o fluxo genético entre as áreas naturais acima referidas e ainda com áreas de rede Natura 2000 de Espanha.
- A presença de charcas temporárias, em particular, traduz-se num *hotspot* para anfíbios e invertebrados, sustentando cadeias tróficas fundamentais para aves e pequenos mamíferos.
- Para além destes valores, e de acordo com o EIA, a área de estudo integra unidades naturais especialmente sensíveis às alterações propostas pelo projeto fotovoltaico, nomeadamente povoamentos naturais de azinheira e sobreiro, incluindo montados e carvalhais, bem como as comunidades ribeirinhas de amial, freixial e salgueiral que se desenvolvem ao longo dos cursos de água atravessados pelas várias infraestruturas do projeto.
- Estes habitats são dos mais relevantes no contexto mediterrânico, desempenhando funções ecológicas essenciais, desde a regulação hidrológica até o suporte de biodiversidade. Destacam-se ainda, pelo seu elevado valor natural e sensibilidade ecológica, os arrelvados vivazes e os matos de urzal-tojal, unidades fundamentais para espécies dependentes de mosaicos de vegetação em bom estado de conservação. A destruição, impermeabilização, fragmentação ou alteração estrutural destes habitats representa um impacto severo e, em alguns casos, irreversível.

- Adicionalmente, na área de estudo foram registadas espécies (como o abutre-preto e a águia-imperial-ibérica), alvo de vários projetos (investimentos) de recuperação nacionais e europeus. Recentemente, também foi estabelecido um protocolo para a melhoria de habitat para o lince-ibérico na Reserva Natural da Malcata.

#### RESUMO DAS ESPÉCIES DE AVES PROTEGIDAS DIRETAMENTE AFETADAS.

- No que respeita à avifauna, a sensibilidade ecológica é especialmente elevada para as 166 espécies de aves potencialmente presentes na área do projeto. No EIA foram identificadas 24 espécies com estatuto de conservação desfavorável e classificadas e/ou prioritárias no Anexo I da Diretiva do Conselho Europeu “Aves”, a maioria das quais reproduz-se na área do projeto, sendo de destacar: a águia-imperial-ibérica (*Aquila adalberti*) e cortiçol-de-barriga-branca (*Pterocles alchata*), espécies criticamente em perigo; o abutre-preto (*Aegypius monachus*), o britango (*Neophron percnopterus*) e a cegonha-preta (*Ciconia nigra*), espécies em perigo; o alcaravão (*Burhinus oedicephalus*), o açor (*Accipiter gentilis*) e picanço-real (*Lanius meridionalis*), espécies vulneráveis.
- A possível nidificação de águia-imperial-ibérica nas quadrículas coincidentes com a área do projeto, de acordo com o Atlas das Aves Nidificantes de Portugal Continental, é particularmente crítica. Esta espécie é uma das aves de rapina mais ameaçadas da Europa, altamente dependente de territórios tranquilos, com áreas de caça extensas e muito sensível à perturbação humana. A simples presença de infraestruturas extensas ou a alteração do uso do solo pode comprometer a ocupação ou o sucesso reprodutor da espécie.
- A CFS dista cerca de 24 km e 32 km das colónias de abutre-preto da serra da Malcata e do Tejo Internacional, respetivamente, ou seja, está abrangida pelo raio de 40 km que os indivíduos da espécie usam com maior intensidade, por exemplo, para procurar alimento.
- O EIA identifica as seguintes áreas críticas e muito críticas para a avifauna: i) na parte sul do setor F da CFS ocorre a sobreposição parcial com uma área muito crítica para a cegonha-preta, mas existem outras áreas no entorno da área de estudo; ii) a oeste do setor B1 situa-se um dormitório de abutre-preto a cerca de 300 m dos painéis solares; iii) cerca de 5 km a sul do setor A encontra-se um território de águia-imperial-ibérica; iv) várias áreas muito críticas para as aves de rapina, a sul e nordeste da CFS.
- Por conseguinte, a integridade destes territórios é fundamental, não só pela preservação dos ninhos, mas pela manutenção das áreas de alimentação adjacentes, cuja perturbação pode levar ao abandono da zona. A implantação de uma central fotovoltaica, com circulação associada e alteração permanente da estrutura vegetal, pode eliminar recursos essenciais como presas, poleiros e locais de repouso.
- De realçar que os habitats classificados e as espécies das Diretivas europeias relativas à conservação das espécies, Habitats e Aves (D.L. nº 140/99 de 24 de abril e D.L. nº 49/2005 de 24 de fevereiro) tais como as formações ribeirinhas acima referidas ou as

espécies de aves, mantém o seu estatuto de proteção, mesmo que não estejam inseridas em áreas da Rede Natura 2000.

#### ÁREAS DIRETAMENTE AFETADAS PELO PROJETO

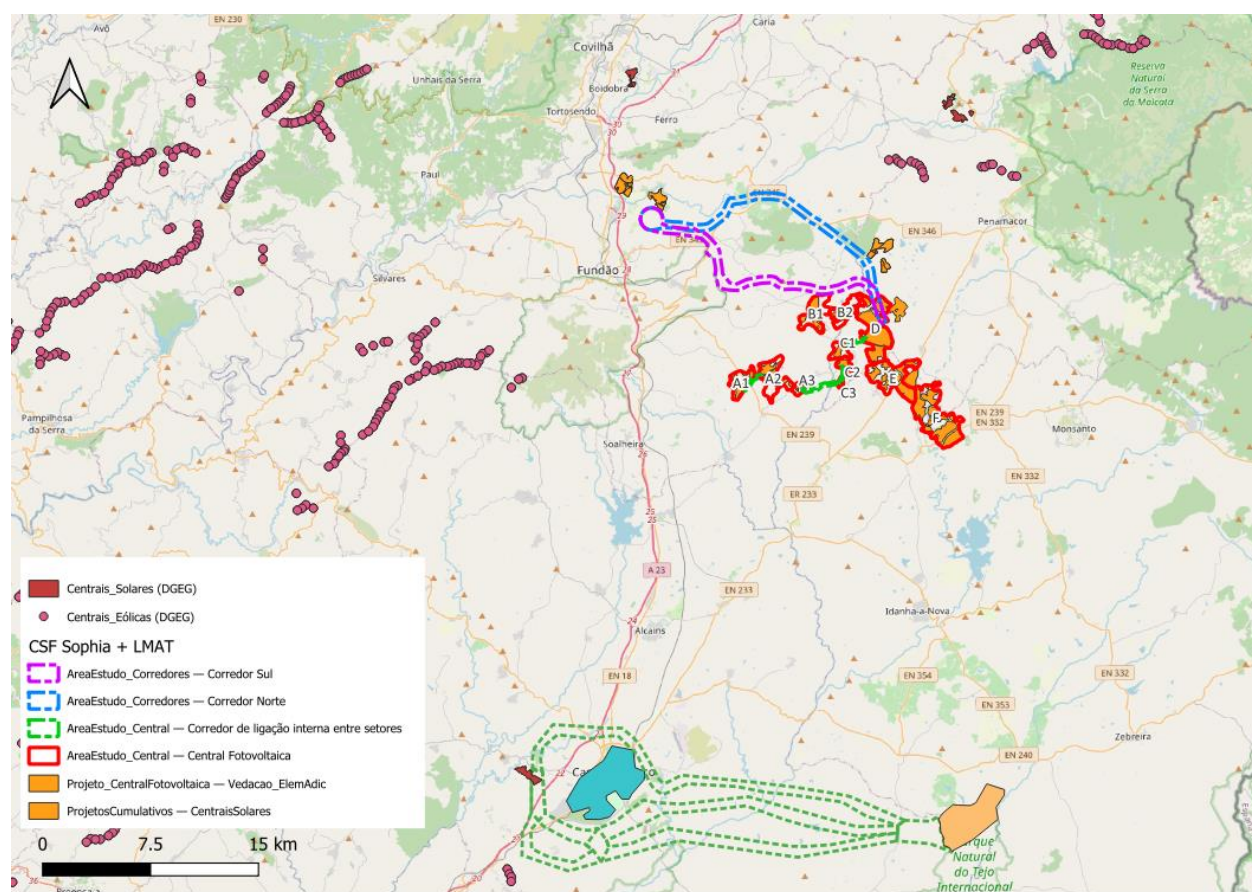
- No que respeita à CFS, para que se compreenda o verdadeiro impacto do projeto, deve ser considerada como área a afetar aquela que irá sofrer destruição total na fase de construção, ou seja, **cerca de 1 158 ha**, e não a que corresponde apenas à área dos painéis e diversas infraestruturas (cerca de 434 ha). Isto porque corresponde à superfície real onde toda a vegetação (herbácea, arbustiva e arbórea, sem exceções, nem mesmo as espécies protegidas) vai ser aniquilada e o solo vai ser decapado (no mínimo, os 10 cm superficiais), regularizado para “*acertos topográficos*”, compactado e impermeabilizado nas infraestruturas e arruamentos com pavimento betuminoso, ou seja, a vegetação, o solo e a sua fauna vão ser completamente destruídos. Pretender que a área a afetar corresponde à fase de exploração (cerca de 434 ha) é uma forma artilosa de ocultar o real impacto do projeto.
- A **superfície a impermeabilizar é de 5,39 ha**, sem se perceber se os arruamentos de circulação interior em pavimento betuminoso serão ou não permeáveis. De realçar que a precipitação que cai em superfícies compactadas tem um grau de infiltração muito diminuto sendo o grau de erosão e escoamento superficial muito maior.
- A **área a vedar ascende a 1 736,7 ha** (vedações de 2,3 m de altura com três fiadas de arame farpado no topo) e o respetivo perímetro será de cerca de 138,2 km em 46 parcelas. Além do elevado risco de colisão das aves com o arame farpado, há a considerar a fragmentação dos habitats e o efeito-barreira para espécies de médio-grande porte.
- Em relação às LMAT, estão previstas duas opções para duas linhas paralelas e independentes, numa extensão de cerca de 22 km com um corredor de 400 m de largura. A área a afetar nas duas opções difere apenas em cerca de 2,36 ha, sendo a **alternativa norte** aquela que ocupa uma área maior, cerca de **196,42 ha (194,06 ha na alternativa sul)**. A maior parte da área a afetar (193,09 ha na opção norte e 190,64 ha na opção sul), correspondente à faixa de proteção de 45 m para cada uma das duas LMAT, irá manter-se durante a fase de exploração. Nesta faixa de servidão será efetuado o abate ou decote de árvores, incluindo de espécies protegidas (sobreiro e azinheira).
- Na fase de construção, a área total a afetar (CFS e LMAT) oscila entre cerca de **1 352 ha** (para a alternativa sul da LMAT) e aproximadamente **1 354 ha** (para a alternativa norte da LMAT), facto que deixa antever o elevadíssimo impacto do projeto ao nível do solo, flora, habitats (destruição e fragmentação), fauna (em particular avifauna ameaçada), paisagem, geologia, socio-economia, mobilidade e infraestruturas, turismo, bem-estar dos residentes (qualidade de vida), etc.

#### IMPACTOS CUMULATIVOS DE OUTROS PROJETOS

A perda, alteração, degradação e fragmentação dos habitats, o aumento de temperatura local e dos

projetos previstos e linhas elétricas poderá vir a afetar diversas espécies direta ou indiretamente. Apesar de não existir uma metodologia clara para determinar os impactos cumulativos, considera-se que:

- Deve ser realizada uma análise de acordo com outras fontes de impacto, como por exemplo os múltiplos projetos já existentes na região (Figura 3) como parques eólicos, linhas elétricas existentes e projetos futuros (não só no âmbito da energia renovável, mas também na agricultura intensiva e exploração de minério) numa extensão maior ao considerado no EIA (de apenas 10 km); nos projetos futuros (previstos) não foi considerada a central solar da Beira e respetivas linhas elétricas (representada na parte sul da Figura 3).
- Deve ser revista a metodologia utilizada para determinar os impactos cumulativos tendo em conta orientações de *guidelines* recentes (relatórios da IUCN, por exemplo).
- Devem ser considerados outros recetores específicos, para além das alterações climáticas, fauna e paisagem mencionados no relatório, como os habitats, o uso do solo, o património e as comunidades locais.



**Figura 3** – Projetos de energias renováveis na região, com destaque para as CF Sophia e Beira.

## IMPACTES DAS AÇÕES DO PROJETO

### Alterações climáticas

- O impacto da preparação do terreno não é tido em consideração na “perda de retenção de carbono” na fase de construção da CFS, quando é sobejamente conhecido o papel do solo na retenção de CO<sub>2</sub>. Juntamente com a desflorestação e desmatção, este impacto deveria ser classificado como muito significativo e irreversível dada a área de solo a destruir (cerca de 1 158 ha).
- Dado que a quantidade de árvores a cortar no estabelecimento das LMAT a “perda de retenção de carbono” na fase de construção é desconhecida, não é possível fazer uma avaliação fidedigna da situação, mas afigura-se mais consentâneo com a realidade classificar o impacto, no mínimo, como significativo e irreversível a curto prazo.
- A emissão de GEE pela movimentação de máquinas (1 200 a 1 500 camiões) deveria ser classificado como impacto significativo.

### Solo

- A preparação do terreno para a criação da CFS implica as seguintes ações de destruição de toda a vegetação (decapagem - até não restar uma erva) e solo (até só ficar a parte mineral): corte e remoção de toda a vegetação; decapagem da camada superficial do solo (espessura mínima de 10 cm); regularização do terreno/acertos topográficos; compactação e impermeabilização do solo em algumas partes.
- Dada intensidade e a área de solo a destruir (cerca de 1 158 ha), deveriam ser classificados como tendo impacto muito significativo e irreversível os seguintes casos: i) compactação de terrenos pela movimentação de máquinas e veículos, desmatção/desflorestação/decapagem das áreas a intervencionar; ii) os dois processos de erosão e arrastamento dos solos (degradação das propriedades dos solos); iii) perda de solo para a prática agrícola/florestal; iv) afetação do uso do solo; v) alteração dos usos do solo (preparação das áreas a intervencionar (desflorestação, desmatção, decapagem e demolições) e constituição da faixa de servidão/proteção das linhas).
- Na Fase de exploração do descritor “Ocupação do Solo” não é contabilizada a alteração ao uso do solo, apenas a afetação do uso de solo para ações/atividades de manutenção. Dada a perda e alteração dos mosaicos consideramos que este fator deverá ser incluído na avaliação e que este impacto é negativo, muito significativo, de magnitude elevada e não minimizável/compensável.
- No EIA consta que *“As estacas devem ser cravadas em solo até uma profundidade de 1,5 m – 2,0 m”*. O projeto assume que os painéis serão colocados apenas por estaca. Contudo, a região apresenta diversos afloramentos/rochas e não é claro o processo de fixação dos painéis e da vedação nessas partes, sobretudo tendo em consideração a geologia da área.
- Não está clara a dimensão e magnitude da afetação de áreas da REN e RAN ao projeto.

### Avifauna

- Tendo em conta os aspetos a referir de seguida, deveriam ser classificados como tendo impacte muito significativo, uma magnitude elevada, importância muito significativa, irreversível e de âmbito nacional, os seguintes casos na CFS e/ou LMAT: i) alteração das comunidades de avifauna pela presença da CFS; ii) efeito de exclusão pela presença da CFS e LMAT; iii) Aumento do risco de mortalidade pela presença da CFS (por colisão) e das 3 fiadas de arame farpado da vedação (cujo o impacte não foi avaliado no EIA); iv) aumento do risco de mortalidade (aves) por colisão e eletrocussão com as LMA; v) aumento do risco de mortalidade por manutenção da faixa de servidão (por perturbação e destruição de ninho se for executada na época de reprodução).
- Tendo em conta as áreas críticas para as aves referidas no EIA, as espécies potencialmente mais afetadas serão o abutre-preto (dada a proximidade à CFS, pelo menos, durante a fase de construção é totalmente inviável que o dormitório seja usado pela espécie), a cegonha-preta, a águia-imperial-ibérica e outras aves de rapina. Estas espécies podem ainda ser afetadas pelo abate de árvores de grande porte (p. ex. sobreiro, azinheira, pinheiro-bravo e pinheiro-manso), mesmo exemplares mais ou menos isolados, que reduzem a disponibilidade de habitat de nidificação.
- A instalação da CFS também irá promover a perda de habitat de alimentação e repouso para a generalidade das aves.
- Além dos impactes das LMAT, há a considerar o que é referido no EIA: *“estão previstos cabos aéreos para estabelecer a ligação aérea entre setores da Central Fotovoltaica”*. Por conseguinte, é expectável o aumento da mortalidade por colisão/eletrocussão com as LMAT e corredores de ligação interna entre setores.

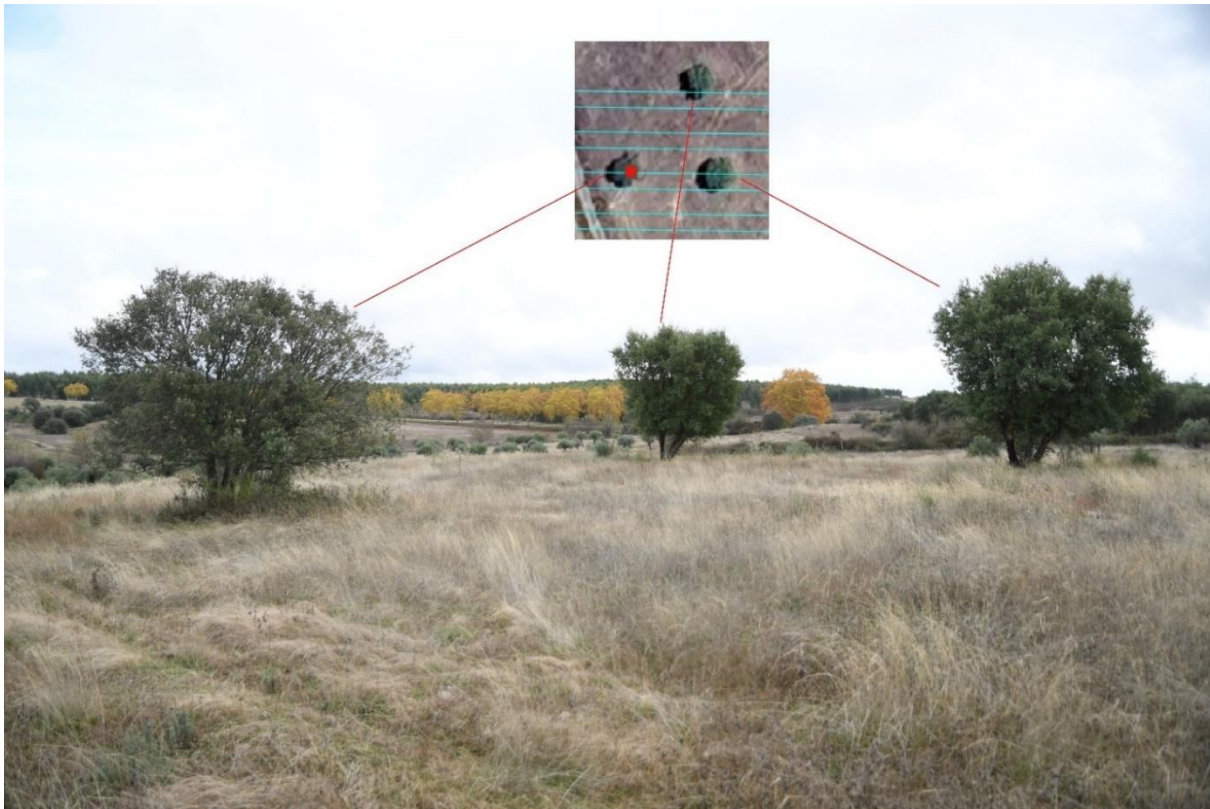
#### **Árvores protegidas (Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio) e outra vegetação natural e seminatural**

- Tendo em conta os aspetos a referir de seguida, deveriam ser classificados como tendo impacte muito significativo e irreversível os seguintes casos na CFS e LMAT: i) abate de azinheiras/sobreiros dispersos; ii) abate de azinheiras/sobreiros em povoamento; iii) destruição de vegetação relevante para conservação (azinheiras/sobreiros); iv) destruição da vegetação com pouco interesse para a conservação (por não se entender se neste conceito se engloba ou não o carvalho-negral e espécies ripícolas); v) destruição da vegetação para constituição da faixa de servidão/proteção das linhas.
- Segundo o EIA, a construção da CFS irá afetar 619,72 ha de vegetação natural e seminatural, dos quais 21,79 ha correspondem a formações de azinheiras e sobreiros (16,52 ha em núcleos e 5,27 ha em povoamentos), 20,99 ha de povoamentos de carvalho-negral, 0,12 ha de vegetação ribeirinha, 62,44 ha de matos e 0,37 ha de afloramentos rochosos. Contrariamente ao foi apregoado pelos promotores do projeto para disfarçar o impacte do abate de árvores protegidas, como se os exemplares isolados não tivessem qualquer função no ecossistema e fossem descartáveis, o EIA revela que também se prevê o corte de sobreiros/azinheiras em povoamento.
- Segundo o EIA na CFS prevê-se o abate de 1 541 árvores protegidas (1 120 azinheiras e 421 sobreiros) e a afetação, isto é, a *“interferência com a área de proteção do sistema*

*radicular*” que irá debilitar as árvores, de 712 exemplares (480 azinheiras e 232 sobreiros), sendo no total cortadas e afetadas 2 253 árvores (1 600 azinheiras e 653 sobreiros). Contudo, uma breve visita às áreas de instalação dos painéis, ou um olhar mais atento durante a fotointerpretação, revela uma realidade bem mais perturbadora porque é fácil perceber que nem todas as quercíneas a abater nas zonas dos painéis estão identificadas no SIG (Figuras 4 e 5). A falta de rigor na identificação das árvores a destruir, oculta a real dimensão dos impactos desta ação que assume capital importância na avaliação do projeto.



**Figura 4** – Linhas de painéis solares (retângulos a azul) sobrepostos com os pontos de sobreiros/azinheiras a abater (pontos vermelhos) ou a afetar (pontos amarelos), numa parte do setor E, a este da Aldeia de Santa Margarida. Segundo o EIA na área da imagem serão cortadas apenas 5 quercíneas e afetadas 3, mas conseguem-se identificar cerca de 20 sobreiros/azinheiras adicionais (excluem-se as árvores alinhadas do lado oeste por serem oliveiras) para eliminar, ou seja, neste caso, no EIA só estão identificadas cerca de 20% das árvores a abater.



**Figura 5** – Das três quercíneas na imagem (na Figura 4 correspondem às três árvores situadas na parte SE) só a da esquerda está identificada para abate no EIA.

- Acresce ainda referir que fica por se conhecer a real dimensão do problema (corte e afetação de azinheiras e sobreiros) nas servidões das LMAT, trilhos de acesso, zonas de estaleiros e de implantação de apoios, onde *“ocorrerá a desmatação e o abate ou decote de árvores”*, incluídas as protegidas por lei.
- Constata-se ainda a existência de terrenos com significativa regeneração natural de azinheira e/ou sobreiro (por exemplo, no setor F) que será eliminada como se não pertencesse a espécies protegidas.
- Apesar do carvalho-negral não auferir de proteção legal, é inegável o seu valor ecológico e o corte de 20,99 ha de povoamentos terá um impacte negativo muito significativo.
- Não é aceitável que, em nome da energia “verde”, se cortem de árvores (p. ex. quercíneas) que, por si só, são agentes de combate às alterações climáticas e, em simultâneo, promovem a biodiversidade.
- Tendo em conta a importância das árvores de grande dimensão para a nidificação de espécies ameaçadas, não existe nenhuma medida compensatória que, nas próximas décadas, torne possível a nidificação, por exemplo, do abutre-preto que usa sobretudo azinheiras, sobreiros, pinheiros-bravos e pinheiros-mansos de grande dimensões.
- Para além da nidificação, até que as árvores previstas na compensação consigam desempenhar as mesmas funções ecológicas das que vão ser cortadas será necessário

esperar mais do que a vida útil da CFS. Para tal é preciso assegurar uma gestão ativa e permanente das áreas intervencionadas (plantação, retanchar e condução dos povoamentos) que garanta o sucesso das plantações, as quais estão dependentes dos fatores tempo e imprevisibilidade, bem como da capacidade das entidades públicas para fazer o conveniente acompanhamento e fiscalização de todos os projetos já executados e a promover no futuro.

- De acordo com a área de plantação prevista no projeto (230 ha), a reconversão ocorre em solos já por si degradados. Este fator, juntamente com o aumento das temperaturas e períodos cada vez mais secos, fruto das alterações climáticas, contribui para uma reduzida taxa de sucesso da plantação.
- Face ao exposto, as espécies em causa são de crescimento lento e ao fim de 40 anos (tempo de vida da CFS) não será possível compensar efetivamente a perda de um dos biótopos mais importantes em Portugal continental em termos de conservação da natureza, conservação do solo, regularização do ciclo hidrológico e qualidade da água. Estes habitats necessitam de uma gestão a longo prazo para garantir o sucesso de árvores adultas e saudáveis.
- Sobre a “Reconversão das áreas” de pinhais, matos e outros usos para povoamentos de sobreiros, importa referir que existem várias espécies que utilizam estes habitats (por exemplo, aves de rapina como o Açor, Águia-de-Bonelli e Búteo-vespeiro).

#### **Atividade agropecuária**

- A afetação de 417,31 ha de explorações agrícolas/pecuárias, cuja atividade pode beneficiar direta ou indiretamente algumas espécies ameaçadas como o abutre-preto, a águia-imperial-ibérica ou o cortiçol-de-barriga-branca (espécie cuja nidificação é possível na área da CFS, segundo o Atlas das aves Nidificantes: <https://www.listavermelhadasaves.pt/atlas/pteroles-alchata/>), reduz o seu habitat de alimentação e/ou nidificação.

#### **Olivais (pomares)**

- No EIA é referido que vão ser afetados 52,5 ha de “Olival”. Os olivais, juntamente com outras culturas (como a vinha, pomares ou áreas agrícolas) de pequena escala que ocorrem na área, são fundamentais para a alimentação e refúgio de diversas espécies de aves, tanto na migração, como durante o inverno.
- Por outro lado, também não é claro o efeito do projeto nestas culturas (de subsistência) para a sobrevivência das populações locais. Isto é, na produtividade e sanidade das culturas e povoamentos.

#### **Paisagem**

- Quanto aos impactos na paisagem, o próprio EIA refere a sua importância: “A modificação dos padrões de ocupação do espaço inerente à instalação da Central e das

*Linhas Elétricas associadas irá conferir uma nova realidade biofísica e visual à paisagem. Dada a dimensão do Projeto e a sua proximidade a Castelo Novo e a Idanha-a-Velha, aldeias históricas que fazem parte da Rede de Aldeias Históricas de Portugal (Rede AH), a paisagem assumiu-se como um descritor muito importante no presente estudo, essencialmente por se tratar de uma zona de elevado valor cénico”.*

- Dada a elevada extensão de área ocupada pela central (1 736,7 ha) e das LMAT, as alterações provocadas tanto pelas operações durante a construção (como ações de desmatção, desflorestação e decapagem), como as alterações provocadas ao nível da paisagem (nomeadamente a presença da CFS e a presença das LMAT), consideramos que este impacte apresenta uma importância **muito significativa** (e não apenas significativa), permanente e irreversível ao horizonte do projeto. Importa novamente reforçar os impactes das LMAT sobre a avifauna, nomeadamente o risco de mortalidade por colisão e eletrocussão.
- A nível visual da paisagem concordamos que este é “irreversível” e “não minimizável”.

#### **Afloramentos rochosos**

- Os afloramentos rochosos na área de estudo também são um elemento importante para a biodiversidade constituindo um microhabitat para várias espécies e um local de refúgio ou descanso.
- É precisamente em afloramentos rochosos nas margens do rio Torto que se encontra a bufónia (*Bufonia macropetala* subsp. *willkommiana*), um endemismo ibero-marroquino com estatuto de ameaça Vulnerável, cujos núcleos se encontram a escassos metros da área de implantação do projeto, sendo muito provavelmente destruídas durante as operações de construção da central.

#### **Turismo**

- No EIA consta: *“Prevê-se que durante a exploração da Central Fotovoltaica seja gerado algum impacte negativo a nível do turismo, devido à alteração na paisagem. Este impacte poder gerar perda de alguma atividade económica (turismo) tendo sido considerado como impacte significativo”.*
- No que toca ao turismo, considera-se que o impacte não será apenas negativo e significativo, mas sim *Muito Significativo*, resultado da alteração permanente da paisagem e dos seus habitats, bem com a vedação de uma enorme área. O impacte provocado no turismo ligado e ao carácter rural da região, e especialmente o turismo ornitológico e de natureza, será muito significativo, permanente e irreversível uma vez que irá existir uma alteração profunda dos habitats com a possibilidade de perda e afastamento das espécies.
- Esta perda de habitat não poderá ser compensável, pois as espécies que utilizam a área vão deixar de a utilizar.
- Importa, ainda, realçar a importância do mosaico agroflorestal para as comunidades

locais, permitindo usos múltiplos, desde a pequena agricultura, pastoreio, olival, plantas aromáticas, caça, observação de fauna silvestre e ainda o turismo (da natureza, gastronómico e geo-turismo).

### **Saúde humana**

- No descritor saúde humana é referida a importância do bem estar da comunidade, contudo a análise de impactes para a saúde humana é incompleto pois centra-se apenas no ambiente sonoro e na qualidade do ar, não avaliando o impacto do projeto no bem-estar, na promoção da saúde e na prevenção de doenças das populações.
- Consideramos que este fator deverá ser revisto sobretudo para o impacto: “Melhoria da qualidade de vida” relativamente a magnitude, importância, reversibilidade e possibilidade de minimização. Consideramos ainda que a perda de biodiversidade, a alteração da paisagem e a perda de habitats pode afetar negativamente a saúde das populações (sobretudo as populações próximas ao projeto) tanto na construção como na exploração.

### **Ambiente sonoro**

- Este fator deverá ser revisto, uma vez que a emissão de ruído durante a fase de construção da central irá provocar um impacto muito negativo nas comunidades de aves (perturbação) apresentando uma magnitude elevada e de importância significativa.

### **Socio-economia**

- Consideramos que tanto o impacto relativo a “perturbação das dinâmicas turísticas” como a “perturbação da qualidade do ambiente das populações e mobilidade das populações” deverá ser revisto, tanto para a fase de construção como para a fase de exploração. A central irá impactar negativamente as populações e as dinâmicas turísticas com uma magnitude muito elevada e importância “muito significativa”. Importa ainda acrescentar que este impacto de duração permanente não é minimizável, considerando, por exemplo, o impacto no turismo de natureza (ornitológico) da região, bem como as populações que residem próximas a central (<100 m).
- As atividades económicas de gestão ativa do solo, como a pecuária, a agricultura, a olivicultura, irão sofrer um rude golpe e irá acentuar ainda mais para o despovoamento da região.
- A movimentação de 1 200 a 1 500 camiões durante a fase de construção irá exercer pressão sobre a rede rodoviária, degradando-a, e interferir negativamente com a mobilidade da população local.

## PARECER

De acordo com o descrito acima a SPEA pronuncia-se **negativamente relativamente ao documento de EIA e ao projeto apresentado**, considerando que:

- o empreendimento está em termos ecológicos e de ordenamento do território desajustado na localização proposta, implicando impactes negativos permanentes, e muito significativos nos valores;
- o empreendimento pela sua dimensão megalómana e pelas alterações que vai produzir no terreno implica impactes diretos e indiretos, muito significativos, permanentes e irreversíveis que não são compensáveis nem minimizáveis num grau aceitável, ou seja, nunca deixarão de ser muito significativos a nível regional;  
Os impactes negativos de um empreendimento desta natureza e dimensão são incompatíveis com o equilíbrio da natureza na região, bem como com o desenvolvimento socio-económico das populações, cujo território é usado para a produção em larga escala de energia, destinada essencialmente a ser consumida bem longe do local de afetação direta; as linhas elétricas duplas previstas vêm ainda acrescer ao impacto gerado pela central fotovoltaica, compreendendo impactes diretos e indiretos na vegetação e nas aves a nível regional;  
Acresce a subvalorização dos impactes cumulativo com outros empreendimentos de igual natureza previstos para a região;
- refira-se que para um empreendimento desta dimensão e com este grau de afetação não vai haver área de compensação de impactes que realisticamente compense a perda de habitat, de efetivos populacionais e de serviços de ecossistema que atualmente funcionam na área de impacto direto.

ainda assim, caso a central fotovoltaica em apreço, mereça um parecer favorável da autoridade de AIA, salientam-se algumas medidas de minimização e medidas de compensação, que deviam ser boas práticas em todos empreendimentos deste tipo:

- Sendo a maior parte das espécies acima destacadas muito vulneráveis ao projeto e com elevado grau de ameaça e estatuto de proteção, vão sofrer gravemente o impacto do empreendimento. Desta forma o EIA deverá incluir medidas para a recuperação das espécies, uma vez que vai contribuir diretamente para a redução das populações.
- Medidas de minimização, como a deslocalização da central solar, a elevação dos painéis solares acima dos 2 m e o enterramento da linha elétrica deverão ser equacionados.
- Alteração do projeto para a minimização dos impactes diretos e a manutenção de alguns serviços de ecossistemas e habitats: manter a camada superficial de solo com mobilização mínima e o coberto vegetal original, não implantar painéis nem infraestruturas sobre os afloramentos rochosos, não alteração da topografia na área de intervenção direta, redução drástica do número de árvores a abater e plantações de substituição/compensação dentro da área da central, sinalização e eliminação do

aramé farpado na vedação, recurso a engenharia natural para minimizar a perda de solo devida ao aumento da escorrência superficial.

- O Projeto não deve incluir áreas de RAN, olival de sequeiro, afloramentos rochosos, áreas de povoamento de sobreiros e azinheiras e exemplares isolados das mesmas espécies.
- Para minimizar o impacto, a execução das obras (operações de construção) deverá ser executada fora de época de nidificação.
- Medidas de compensação, como o restauro de habitat, a gestão de habitat e a conversão de usos do solo **com baixo valor ecológico** para habitat favorável das espécies em área de continuidade populacional, como por exemplo eucaliptais degradados, áreas ardidas ou artificializadas.

Em relação ao Estudo de Impacte Ambiental ou estudos subsequentes recomenda-se:

Antes do início do projeto:

- Censo dirigido a espécies protegidas identificadas no EIA (Abutre-preto, águia-imperial, o Milhafre-real e a Cegonha-preta) e apresentação das medidas de recuperação das populações afetadas/compensação de impactos.
- Estudo exaustivo dos impactos cumulativos numa extensão maior (tendo em consideração as espécies identificadas) e considerando os vários projetos renováveis construídos, em construção e previstos.
- Desenvolvimento de Planos de compensação a longo prazo em áreas concretas (para além do tempo de vida do projeto).
- A LMAT e ligações internas devem seguir as indicações e boas práticas (ICNF 2019);
- As linhas devem ser enterradas sempre que possível ou de acordo com a ponderação dos impactos negativos;
- As linhas devem ser sinalizadas com dispositivos eficazes e deve ser realizado o isolamento total dos apoios;

Com os melhores cumprimentos,

Julietta Costa

**Coordenadora da Área Terrestre do Departamento de Conservação**

Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

Av. Almirante Gago Coutinho 46A, 1700-031 Lisboa Tel. +351 213 220 430 | [www.spea.pt](http://www.spea.pt)